



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025, PARA CONHECIMENTO E EVENTUAIS DEBATES DO PROJETO DE LEI Nº 186/2025, QUE TRATA DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026; E DO PROJETO DE LEI Nº 187/2025, QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA PARA O PERÍODO DE 2026 A 2029 (CONVOCADA ATRAVÉS DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2025).

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e nove minutos, ocupou a Presidência dos trabalhos o Presidente Danilo Augusto Bigeschi, que abriu a Sessão de Audiência Pública para conhecimento e eventuais debates do Projeto de Lei nº 186/2025, que trata do Orçamento Geral do Município de Marília para o exercício financeiro de 2026; e do Projeto de Lei nº 187/2025, que trata do Plano Plurianual do Município de Marília para o período de 2026 a 2029. A seguir, o Presidente Danilo Augusto Bigeschi convidou o Rafael Rastelli Barbosa, Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Econômico, para que tomasse assento junto à Presidência; bem como o Senhor Rafael Brunes Trindade, Coordenador de Planejamento Econômico; o Senhor Adelson Lélis da Silva, Diretor Contábil-Financeiro da Prefeitura Municipal de Marília; e o Senhor Carlos Alberto Ferreira da Silva, Diretor da Fiscalização de Rendas da Prefeitura Municipal de Marília. A seguir, registrou a presença das seguintes pessoas: Rafael de Jesus Teixeira, representando o Sindimmar; Johnny Cesar Souza, Assessor de Gabinete do Vereador Thiago de Souza Vasconcelos; Sônia Custódio, representando a FAMEMA; Phablo Boldorini, Instrutor de Informática da Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação; Ingrid Avelar Castanho Silva, Analista Contábil da Emdurb; Jefferson, Assessor de Gabinete do Vereador Wilson Alves Damasceno. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi registrou também a presença dos Vereadores Marcos José Custódio, Líder de Governo, e Wellington Corredato da Silva. A seguir, o Presidente deu início aos trabalhos, declarando aberta a presente Audiência Pública, em cumprimento ao disposto no inciso I, § 1º, do art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), incluído pela Lei Complementar Federal número 131, de 27 de maio de 2009, e nos termos da Lei Municipal nº 5863, de 17 de junho de 2004, que regulamenta as Audiências Públicas, e da Correspondência nº 2189/2025, da Prefeitura Municipal. A presente Audiência Pública foi convocada através do Edital de Convocação nº 20/2025. Informou ao Plenário que o Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Econômico teria uma hora para fazer suas explicações. Concluídas as exposições, os membros do Poder Legislativo poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto. Também os demais participantes da audiência pública poderiam fazer suas perguntas fazendo suas inscrições antecipadamente junto à Secretaria da Mesa ou através do e-mail camara@camar.sp.gov.br. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi registrou a presença do Vereador Wilson Alves Damasceno, da Assessora de Gabinete da Vereador Rossana Rodrigues Rossini Camacho, Natasha, e do Assessor de Gabinete do Vereador Wellington Corredato da Silva, Alexandre. A seguir, passou-se a palavra ao Secretário, que faria explanação com base na apresentação anexada aos Projetos de Lei nos 186/2025 e 187/2025, juntamente com a lista de presença; o Edital de Convocação com seus respectivos comprovantes de entrega e o roteiro da sessão. Terminada a explanação, o Presidente Danilo Augusto Bigeschi agradeceu as explicações e passou a palavras aos senhores Vereadores. Com a palavra, o Vereador Wilson Alves Damasceno cumprimentou a todos, parabenizou o Secretário pela condução dos trabalhos na pasta e enfatizou que a apresentação se tratava de estimativa de arrecadação e despesas a serem executadas. Elogiou a inclusão de Centro Dia do idoso na previsão orçamentária. Questionou qual era a previsão de arrecadação da contribuição de iluminação pública em comparação com o valor atual arrecadado e qual seria sua destinação. O Secretário afirmou que a contribuição poderia ser destinada a diversos fins e que fora utilizada recentemente para monitoramento e segurança. Deu exemplo de utilização da contribuição em cidades inteligentes e o resultado de serviços mais ágeis e eficientes, atendendo todas as secretarias. Disse que não dispunha da estimativa do valor, mas encaminharia posteriormente. Com a palavra, o Vereador Marcos José Custódio cumprimentou a todos, parabenizou o Secretário pela apresentação e indagou quais eram as despesas contempladas no valor destinado ao Gabinete do Prefeito Municipal. O Senhor Rafael Barbosa disse que os maiores gastos eram com pessoal. Listou ainda gastos menores, como material de consumo, investimentos em permanentes e contratação de serviços de terceiros de pessoas jurídicas, como manutenção de frota, comunicação, zeladoria. Afirmou que se tratava de pasta enxuta, com menores despesas. O Senhor Adelson acrescentou que havia órgãos vinculados ao Gabinete, como Fundo Social de Solidariedade, Tiro de Guerra, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil. O Vereador Wilson Alves Damasceno questionou se o Conselho Tutelar se encontrava dentre entres órgãos vinculados. O Senhor Adelson afirmou que o Conselho Tutelar era





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social e Cidadania. O Secretário Municipal destacou que o Gabinete atendia aos órgãos vinculados, bem como às terceirizadas de pessoas jurídicas. O Vereador Wilson Alves Damasceno indagou se a folha de pagamento do Conselho Tutelar era de responsabilidade do Gabinete. O Senhor Adelson afirmou que a folha de pagamento do Conselho Tutelar estava vinculada à Secretaria Municipal da Administração. Com a palavra, o Vereador Marcos José Custódio reiterou que despesas com Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Tiro de Guerra, zeladoria, Fundo Social de Solidariedade estavam todos inseridos nas despesas do Gabinete do Prefeito. Questionou se os requisitos de 25% para educação e 15% para a saúde estavam inseridos no orçamento e se haviam sido cumpridos no último ano. O Secretário afirmou que os requisitos estavam inseridos, inclusive com maiores margens projetadas. Informou que no último ano não fora cumprido o requisito para educação e que sanções poderiam ser impostas, como risco de corte de repasses, prejudicando o município. O Vereador Marcos José Custódio perguntou sobre o direcionamento dos convênios do PAC, questionando se havia riscos quanto às verbas pré-anunciadas pelo não cumprimento do valor mínimo para educação em 2024. O Secretário afirmou que os riscos eram inerentes aos repasses e transferências correntes, como o Fundeb. O Senhor Adelson afirmou que não havia risco pois fora assumido pelo Prefeito Municipal o compromisso de aplicação do requisito de 25% em 2025 somado à diferença faltante de 2024 e, por isso, os repasses foram mantidos para 2025. O Vereador Marcos José Custódio confirmou que arranjo fora feito para cumprimento maior em 2025 para compensação do faltante em 2024. O Secretário Municipal confirmou e disse que teriam até 31 de dezembro de 2025 para cumprimento do acordo. O Vereador Marcos José Custódio perguntou se até a data a porcentagem seria alcançada. O Senhor Rafael Rastelli confirmou que seria atingida e explicou que determinadas despesas não eram abrangidas no requisito de 25%, como merenda, que era despesa significativa. O Vereador Marcos José Custódio falou da previsão de gastos com educação e saúde e que nunca vira o investimento com saúde maior que educação, indagando a motivação para tal. O Senhor Adelson afirmou que o principal fator era a necessidade, dada a deficiência enfrentada na saúde de Marília atualmente, com alta demanda reprimida. Ainda, que a aplicação do percentual de 25% na educação, juntamente com o recebimento dos recursos do Fundeb, mesmo com demandas, tornava a educação melhor atendida que a saúde. O Secretário Municipal falou da oportunidade de potencialização do repasse do SUS e afirmou que o governo tinha prioridade máxima na saúde atualmente. O Vereador Marcos José Custódio citou recente anúncio de isenção da cobrança no IPTU de telheiros em bairros populares e de interesse social. Indagou se havia previsão do valor para tal no orçamento do município. O Secretário Municipal disse que havia a previsão, inclusive com margem de segurança considerando viés de inadimplência. Explicou que cerca de 10.000 imóveis seriam contemplados, os quais deveriam ter até 120 m² e se enquadrar dentre os bairros populares. O Vereador Marcos José Custódio reiterou que, se dentro da fotografia a totalidade somasse até 120 m² e estivesse em bairros definidos como de interesse social ou populares, as pessoas teriam direito a manifestação solicitando o recuo da cobrança aos 70 m² pré-existentes e tal cobrança já era prevista no orçamento. O Secretário Municipal concordou e exemplificou planta expandida em casa de bairro de interesse social e afirmou que, sendo a expansão não excedente a 120 m², se enquadraria no caso. O Vereador Marcos José Custódio questionou caso de imóvel com construção expandida, não sendo telheiro, mas de alvenaria, como edícula, por exemplo. O Secretário Municipal confirmou que a isenção se aplicaria também neste caso. O Vereador Marcos José Custódio agradeceu a apresentação e esclarecimentos e parabenizou a equipe, no que o Secretário agradeceu. Com a palavra, o Vereador Wellington Corredato da Silva cumprimentou a todos e perguntou de imóveis com expansão acima de 120 m² em bairros de interesse social, se seria feita cobrança somente em relação ao excedente ou se não se enquadraria mais no plano. O Secretário Municipal explicou que a cobrança seria feita por toda a metragem e não somente sobre o excedente. O Senhor Rafael Trindade esclareceu que o orçamento do Gabinete abrangia comunicação, o Fundo Social de Solidariedade e a Corregedoria, mas não o Corpo de Bombeiros, já que este era vinculado à Secretaria Municipal da Administração. Encerrada a participação dos Vereadores, o Presidente Danilo Augusto Bigeschi consultou a Secretaria se havia municípios inscritos, passando, em seguida, a palavra à Senhor Sônia Custódio, inscrita previamente. A Senhora Sônia cumprimentou a todos, falou da importância da participação dos Vereadores, parabenizou o Secretário pela apresentação, concordou com a priorização da saúde municipal e elogiou a menção dos Conselhos Municipais, bem como inclusão do Centro Dia do Idoso. Sentiu falta de menção de outros conselhos, como Conselho da Mulher, que buscava casa abrigo, destacando a importância de atenção às mulheres e crianças, especialmente os mais vulneráveis. Falou ainda da necessidade de atenção às pessoas com deficiência, citando caminhada inclusiva que ocorreria no





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

próximo sábado, e requereu destaque ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Solicitou cópia do PPA e parabenizou o Presidente Danilo Augusto Bigeschi por seu trabalho na Câmara. O Secretário Municipal agradeceu a manifestação, afirmou que havia inclusão do Conselho da Mulher e que desde a elaboração da apresentação, outras demandas foram ainda incluídas nos planos da Administração, já que este não era estático. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi procedeu à leitura de manifestação do Senhor Paulo Prestes, encaminhada remotamente: Gostaria de saber sobre a taxa de iluminação pública que será cobrada em cada conta. Acho justa a questão. Haverá também caça aos não pagantes? Aqui na minha rua, por exemplo, tem 45 a 50 casas e no mínimo 15 delas são gatos de energia e de água. Isso já há mais de 10 anos, tem casas que sei que há 15 anos para mais é gato. Gostaria sim que fosse cobrado a energia pública, mas que algo também fosse feito com esses gatos, não só na minha rua, Rua Júlia de Paula Brandão, mas em toda cidade, que o Prefeito cobre dos órgãos competentes providências judiciais até em muitos casos. Parabéns pelos serviços até então já realizados. Está realmente mostrando que sabe dar direções na nossa cidade, um excelente administrador. Após, o Presidente Danilo Augusto Bigeschi afirmou que encaminharia o e-mail ao Secretário. O Vereador Wellington Corredato da Silva solicitou ao munícipe que se manifestou que realizasse denúncia pelo canal da Polícia Civil, número 181, para providências, já que desenvolviam trabalho de prevenção nesse sentido. Esclareceu que a denúncia era anônima e a identidade da pessoa seria preservada. Destacou que o furto água e de energia eram crimes. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi agradeceu a participação remota do munícipe e as instruções dadas pelo Vereador Wellington Corredato da Silva. O Secretário Municipal agradeceu a disponibilidade e presença e se pôs à disposição como representante da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Econômico. Encerradas as participações, o Presidente Danilo Augusto Bigeschi agradeceu a apresentação e a presença de todos, citando os Vereadores, e parabenizando a equipe da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Econômico e o Prefeito. Elogiou a priorização da saúde pelo governo e destacou o alinhamento entre os poderes Executivo e Legislativo, agradecendo a atenção aos pleitos apresentados pela Casa. Congratulou o Prefeito por assumir compromissos com a cidade, inclusive com respeito a pendências do último governo. Quando eram dez horas e trinta e seis minutos e nada mais havendo para ser tratado, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente Audiência Pública, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Natália Cristina Luzi Biato, que secretariei a audiência. Fica fazendo parte integrante da presente Ata, o DVD relativo à Audiência Pública, de acordo com a Resolução n. 296, de 10 de abril de 2007.

